

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD**  
**DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Itapaci-GO**

**Processo: 9680/2024**

**Órgão: Fundo Municipal de Educação**

**Setor requisitante: Manutenção do Ensino Fundamental, Manutenção da Educação Infantil**

**1- Objeto:**

Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, sendo Aparelhos e Utensílios Domésticos.

**2 - Justificativa Da Necessidade Da Contratação**

A aquisição de tanquinhos e máquinas de lavar roupas para as escolas municipais de Itapaci, especificamente as que atendem o ensino fundamental e a educação infantil, visa melhorar a higiene e a qualidade do ambiente escolar, promovendo condições adequadas para o desenvolvimento saudável das crianças.

No contexto das escolas atendidas pelo Fundo Municipal de Educação comum a necessidade de lavar uniformes, brinquedos, panos de limpeza, roupas de cama e outros itens essenciais para o funcionamento diário das instituições. Esses materiais, quando higienizados adequadamente, previnem a disseminação de doenças e criam um ambiente mais seguro e confortável para os alunos. Além disso, a disponibilidade de tanquinhos e máquinas de lavar permite uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, pois reduz o tempo que os funcionários dedicam às tarefas de limpeza e otimiza a rotina de manutenção escolar.

Para atender a essa demanda, é fundamental contar com equipamentos de fácil operação e com capacidade suficiente para suportar o volume diário de itens a serem lavados. Os tanquinhos são indicados para a limpeza de peças menores e podem ser utilizados em escolas que têm menor volume de material, enquanto as máquinas de lavar são adequadas para escolas com maior demanda, proporcionando uma lavagem completa e eficiente.

Portanto, a aquisição desses equipamentos representa um investimento essencial para assegurar que as escolas municipais de Itapaci mantenham um padrão de limpeza que contribua diretamente para a saúde, bem-estar e aprendizado dos alunos.

### 3 – Descrição E Quantitativo

| Item | Unidade | Quant | Descrição        | Categoria do produto                |
|------|---------|-------|------------------|-------------------------------------|
| 1    | UND     | 2     | Máquina de Lavar | Aparelhos e Utensílios Domésticos   |
| 2    | UND     | 2     | Tanquinho        | – Aparelhos e Utensílios Domésticos |

### 4- Prazo de Entrega do Item

O prazo para a entrega dos itens será de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da ordem de compras

### 5 –Local de Entrega do Item

Os bens deverão ser entregues na Escola Municipal Antônio Mendes de Souza, Rua Pedro Neri, s/n, Residencial Planalto, Itapaci Goiás e na Creche Municipal Rafael Rufino Melchiades de Sousa, Rua 01, Quadra 12, Lote 02, Setor Vila Santana.

**Itapaci, 29 de novembro de 2024**

**Lucilene Tiburcio de Melo Gouveia**

Secretária Municipal de Educação

**Processo Administrativo n.º 9680/2024**

**TERMO DE REFERENCIA DE DISPENSA ELETRONICA**

**1. DO OBJETO**

Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, sendo Aparelhos e Utensílios Domésticos.

**1.2 ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES**

| Item | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Unid de medida | Quantidade | Categoria do produto              |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|------------|-----------------------------------|
| 1    | A máquina de lavar deve ter uma capacidade mínima de 12 kg, permitindo a lavagem eficiente de roupas em grandes quantidades, ideal para famílias maiores ou para uso em ambientes com demanda elevada. deve possuir classificação de eficiência energética A ou superior, assegurando o baixo consumo de energia elétrica e contribuindo para a sustentabilidade ambiental. deve contar com múltiplos programas de lavagem, incluindo ciclos para roupas delicadas, pesadas, sintéticas, algodão, além de funções específicas como pré-lavagem, lavagem rápida, e enxágue extra. Deve também possuir a função de ajuste automático de carga, otimizando a quantidade de água e energia utilizada conforme o peso das roupas. A máquina deve possuir opções de velocidade de centrifugação ajustáveis, com um máximo de pelo menos 1200 RPM, garantindo uma eficiente remoção de água ao final do ciclo de lavagem. Deve incluir um display digital que permita ao usuário monitorar e ajustar o tempo de lavagem, a temperatura da água, e a velocidade de centrifugação. A máquina deve vir equipada com sistemas de segurança, incluindo trava de proteção para crianças e sistemas de detecção de desequilíbrio de carga, garantindo a operação segura durante todo o processo de lavagem. A máquina deve ser fabricada com materiais de alta qualidade, resistentes à corrosão e ao desgaste, como aço inoxidável para o cesto e materiais plásticos duráveis para as partes externas. A máquina deve operar com baixo nível de ruído, idealmente abaixo de 60 dB durante o processo de lavagem e centrifugação, para garantir o conforto acústico no ambiente onde está instalada. | Unidade        | 2          | Aparelhos e Utensílios Domésticos |
| 2    | O tanquinho deve ter uma capacidade mínima de 10 kg, adequado para lavagem de pequenas a médias quantidades de roupas, ideal para uso doméstico ou em locais com demandas de lavagem moderadas. deve possuir classificação de eficiência energética A ou superior, garantindo baixo consumo de energia elétrica e contribuindo para a economia doméstica. O equipamento deve contar com diferentes ciclos de lavagem, incluindo opções para roupas leves, pesadas, e ciclo de enxágue. Deve também permitir a seleção manual de tempo de lavagem, com um temporizador ajustável de até 30 minutos. deve possuir sistema de agitação por turbina, proporcionando uma lavagem eficiente e delicada, evitando danos às roupas. A potência do motor deve ser suficiente para garantir a movimentação eficaz das roupas, mesmo em cargas máximas. O corpo do tanquinho deve ser fabricado                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Unidade        | 2          | Aparelhos e Utensílios Domésticos |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |  |  |  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|
| em material resistente e durável, como polipropileno de alta qualidade, para garantir longa vida útil e resistência a impactos e corrosão. O cesto deve ser feito de material que evite o acúmulo de resíduos e facilite a limpeza. O tanquinho deve possuir um sistema de drenagem eficiente, com uma mangueira de escoamento de água facilmente acoplável e com comprimento adequado para diferentes tipos de instalações. O tanquinho deve ser projetado para otimizar o uso da água, permitindo reaproveitamento em ciclos subsequentes e garantindo o menor desperdício possível. O equipamento deve operar com baixo nível de ruído, proporcionando maior conforto para o usuário e minimizando o impacto acústico no ambiente. |  |  |  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|

### 1.3 DA ENTREGA DO OBJETO

A entrega dos equipamentos (tanquinho e máquina de lavar) deverá ocorrer nos endereços especificados:

Escola Municipal Antônio Mendes de Souza, Rua Pedro Neri, s/n, Residencial Planalto, Itapaci Goiás, sendo uma maquina de lavar e um tanquinho.

e na Creche Municipal Rafael Rufino Melchhiades de Sousa, Rua 01, Quadra 12, Lote 02, Setor Vila Santana, sendo uma maquina de lavar e um tanquinho.

O prazo de entrega é de **até 10 dias** após o recebimento da ordem de compras.

A entrega deve ser realizada em horário comercial, de segunda a sexta-feira, entre 8h e 17h, exceto feriados.

O fornecedor deverá garantir que os equipamentos sejam transportados com as devidas proteções contra danos, arranhões e vibrações que possam comprometer o funcionamento ou a estética dos produtos.

Todo o transporte será de responsabilidade do fornecedor, incluindo os custos de seguro até o local de entrega.

Caso algum dos itens não esteja em conformidade ou apresente avarias, a entrega será recusada, e o fornecedor deverá providenciar a substituição sem custos adicionais em até 10 dias corridos.

#### **Garantia**

a) O fornecedor deverá garantir o funcionamento adequado dos equipamentos (tanquinho e máquina de lavar) por um período mínimo de **12 meses** a partir da data de emissão do Termo de Aceite.

b) A garantia deverá cobrir qualquer defeito de fabricação, mau funcionamento dos componentes e danos causados por uso comum e regular dos produtos.

c) O fornecedor deverá oferecer **assistência técnica gratuita**, cobrindo tanto peças quanto mão-de-obra durante o período de garantia.

## **1.4 O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP**

1.4.1 O ETP previsto na Lei 14.133/21, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, antecessor ao Termo de Referência e deve ser confeccionado pela área demandante em conjunto com a área técnica e, quando for o caso, por conta da complexidade do problema a ser analisado, poderá ser solicitado apoio técnico de outros setores que detenham competências específicas exigidas para a confecção do ETP.

1.4.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem às compras públicas, no caso, às da Fundação.

1.4.3 Contudo, a mesma Lei, em seu art. 72, faculta a elaboração do documento para os processos de compra/contratação direta – inexigibilidade e de dispensa de licitação:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, *se for o caso*, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

1.4.4 Tal entendimento foi chancelado pelo Decreto Municipal nº 2293, de 20 de março de 2023, que traz a seguinte previsão em seu artigo 2º:

§ 3º - A elaboração do estudo técnico preliminar e análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos;

V - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda.

1.4.5 Portanto, embora a elaboração do ETP seja, regra geral, obrigatória, seguindo a diretriz do Decreto Municipal acima, quando das hipóteses dos incisos I, II, VII, VIII todos do art. 75, §§ 2º a 7º do art. 90 da nova Lei, o ETP fica dispensado.

1.4.6 Assim, em sendo os casos relacionados acima, fica o ETP e a análise de risco dispensado.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A aquisição de tanquinhos e máquinas de lavar roupas para as escolas municipais de Itapaci, especificamente as que atendem o ensino fundamental e a educação infantil, visa melhorar a higiene e a qualidade do ambiente escolar, promovendo condições adequadas para o desenvolvimento saudável das crianças.

No contexto das escolas atendidas pelo Fundo Municipal de Educação comum a necessidade de lavar uniformes, brinquedos, panos de limpeza, roupas de cama e outros itens essenciais para o funcionamento diário das instituições. Esses materiais, quando higienizados adequadamente, previnem a disseminação de doenças e criam um ambiente mais seguro e confortável para os alunos. Além disso, a disponibilidade de tanquinhos e máquinas de lavar permite uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, pois reduz o tempo que os funcionários dedicam às tarefas de limpeza e otimiza a rotina de manutenção escolar.

Para atender a essa demanda, é fundamental contar com equipamentos de fácil operação e com capacidade suficiente para suportar o volume diário de itens a serem lavados. Os tanquinhos são indicados para a limpeza de peças menores e podem ser utilizados em escolas que têm menor volume de material, enquanto as máquinas de lavar são adequadas para escolas com maior demanda, proporcionando uma lavagem completa e eficiente.

Portanto, a aquisição desses equipamentos representa um investimento essencial para assegurar que as escolas municipais de Itapaci mantenham um padrão de limpeza que contribua diretamente para a saúde, bem-estar e aprendizado dos alunos.

## **3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos do regulamenta o inciso XIII do art. 6ª Lei nº 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 2614/2024.

## **4. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

4.1 O(s) bens será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo

acompanhamento e fiscalização do objeto, para efeito de posterior.

verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2 O(s) bens poderá(ão) ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) bem(ns) e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas OU irregularidades verificadas no objeto recebido, para que seja substituído, reparado OU corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao objeto fornecido, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia OU validade;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar OU corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os objetos com avarias.

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecedem a data de entrega dos objetos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a entrega dos objetos.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto desta dispensa.

## **8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

8.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas OU defeitos observados.

8.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.1.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos bens, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.1.3. O servidor responsável pelo

## **9. DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o Fundo Municipal de Educação atestar a entrega do objeto.

9.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais de verificação das mencionadas regularidades.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração poderá

realizar consulta ao SICAF e ou TCM-GO, para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e ou TCM - GO.

10.11.1. Será interrompido o serviço em execução com a contratada inadimplente no SICAF e ou TCM - GO, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.10.2. A nota fiscal a ser apresentada deve ser no formato eletrônica e deve conter todas as retenções previstas na legislação federal, estadual e municipal, a saber IRPJ, INSS, ISSQN e outros. Cabe ressaltar a aplicação do decreto municipal nº 2366 que recepciona a interpretação conforme a Constituição Federal do art. 64 da lei federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, do art. 15 da lei federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e também da instrução normativa da receita federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, para fins de IRRF nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Itapaci - GO e das outras

providências.

9.12.3 Para aferição da Base de Cálculo do ISSQN será de acordo com o Código Tributário Municipal de Itapaci, Lei Complementar 1.519/2020, no momento da prestação de serviço e da emissão da nota fiscal.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

10.1.1. Deixar executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. falhar ou fraudar na execução do serviço;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.2. Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA sanções previstas na lei de licitações em conjunto leis em vigência e que se aplicarem ao motivo da sanção, podendo ser aplicado entre outros:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. multa moratória;

10.2.3. multa compensatória;

10.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão;

10.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades as empresas ou profissionais que:

10.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o

caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

## **11. CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO**

11.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação DO TERMO DE REFERÊNCIA e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

11.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovante de Inscrição do CNPJ- comprovando empresa especializada no item descrito neste termo de referencia
- b) Contrato social/ última alteração; e ou requerimento de empresário individual, e OU certificado de condição de microempreendedor individual
- c) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- d) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- f) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, incluindo os Débitos Previdenciários;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Documentos pessoais dos sócios;
- i) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- j) Apresentar certidão de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU [https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:105725197426374:::P3\\_TIPO:CPF](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:105725197426374:::P3_TIPO:CPF)
- k) A Apresentação da certidão de Inidôneos deve ser nome da empresa e também de seu sócio majoritário ou proprietário único, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê,

dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

l) Apresentar certidão de Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça no seguinte link e para todas as esferas sendo para pessoa jurídica da empresa e para o proprietário e ou socio majoritário da empresa . ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

m) Apresentar Certidão negativa correcional - Agentes Públicos PARA OS SOCIOS (ePAD e CGU-PAD) emitida no link <https://certidoes.cgu.gov.br/>

n) Apresentar Certidão negativa correcional para os sócios e para a empresa (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) emitida no link <https://certidoes.cgu.gov.br/>

11.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5 Constatada a existência de sanção, será reputado o fornecedor inabilitado, por falta de condição de participação.

11.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

#### **11.7 Da Capacidade Técnica**

Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente ao objeto e compatível em características com o objeto da licitação, através de apresentação de pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente dispensa.

### **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)**

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

12.2 A presente prestação de serviços fundamenta-se em critérios legislativos, na qual a licitação pública é obrigatória para contratos acima de determinado patamar econômico, que justifique os gastos a serem efetuados com o respectivo procedimento.

12.3 Quando há algum dos motivos que ensejem a dispensa de licitação o agente administrativo está autorizado a contratar diretamente por dispensa de licitação, obedecendo aos requisitos que a própria lei impõe.

12.4 No caso em questão, os serviços supracitados encontra-se com o seu valor estimado dentro do planejamento anual de contratações e está dentro dos limites exigidos na Lei nº 14.133/2021, art. 75.

12.5 Por fim, como se vê, trata-se de autorização legal para que, desde que observados os requisitos fixados no dispositivo legal, o gestor por conveniência, possa deixar de instaurar a licitação e contratar diretamente compras e serviços gerais.

### **13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 5.264,68 (cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), bem como o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) e do(s) item(s), quando for o caso, consta(m) no Anexo deste Termo de Referência.

13.2 No valor estimado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

### **14. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

14.1 Poderão participar deste certame os fornecedores:

- a) cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta dispensa;
- b) que atendam todas as condições deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

15.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte

e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006.

14.3 Não poderão participar desta contratação os fornecedores:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
- c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 14.133/21;
- e) que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- f) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio

## **15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

15.1 As eventuais e futuras despesas decorrentes do presente processo tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA do Exercício sendo que as eventuais despesas contratadas no exercício 2024 serão pagas através de recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora Fundo Municipal de Educação

**Manutenção do Ensino Fundamental**

**Manutenção da Educação Infantil**

Sendo:

Elemento de despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente

Sub elemento de despesa: 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos

Fonte de recurso financeiro: 1.01.000

## **16. DA PREVISÃO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO**

16.1 A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão do Plano de Contratações Anual de 2024 publicado através do decreto municipal nº.2428/2023, estando alinhado com o Planejamento da Administração Pública Municipal.

## **17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DE AQUISIÇÃO**

17.1 A contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento.

## **18 DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

18.1 A contratação será efetuada através de nota de empenho.

18.2 Tendo em vista o caráter econômico da prestação de serviço, ou seja, contratos com valores inferiores aos limites admitidos para a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021); e ainda a simplicidade das obrigações da presente aquisição e a ausência de risco, o que ocorre nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos ou serviços realizados e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, optasse pela substituição do instrumento de contato por nota de empenho, nos termos do art. 95, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

ITAPACI, 02 de dezembro de 2024.

Elaborado por Gustavo Henrique Viana Cabral

mat.nº 2823.

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes,  
**APROVO** o presente Termo de Referência.

Lucilene Tiburcio de Melo Gouveia  
Secretária Municipal de Educação